

# diálogos



## no espaço democrático

Milhões sem trabalho e renda.

# QUAL A SOLUÇÃO?



Conversa com

**JOSÉ MÁRCIO CAMARGO**

PhD em Economia pelo MIT,  
um dos principais formuladores dos  
programas de transferência  
de renda condicionada no Brasil



**diálogos no espaço democrático** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

## TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA, MELHOR CAMINHO PARA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

**A** pandemia Covid-19 travou a economia, deixou milhões de brasileiros sem trabalho, sem renda e até sem alimentos, contribuindo para aumentar ainda mais a enorme desigualdade social no Brasil. Contra isso pode-se lutar com algum auxílio emergencial, mas é uma ação conjuntural. O Brasil precisa de soluções estruturais e permanentes para a desigualdade, e o melhor caminho são os programas de renda básica condicionada.

Essa foi uma das afirmações do economista **José Márcio Camargo** em mais um programa da série “*Diálogos no Espaço Democrático*”, realizado em fevereiro de 2021, disponível no canal do Espaço Democrático no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=yFSRQ1bTMzo>). Camargo disse também que a pandemia, forçando o País pagar auxílios emergenciais à população, está levando-o a debater de onde virá o dinheiro: “Isso é uma mudança importante na cultura orçamentária do País”.

José Márcio foi entrevistado pelos economistas **Roberto Macedo** e **Luiz Alberto Machado**, pelo cientista político **Rogério Schmitt** e pelo jornalista **Sérgio Rondino**, organizador e âncora do programa de entrevistas e debates.

Boa leitura.



**Sérgio Rondino** - Olá! Este é mais um diálogo aqui no Espaço Democrático, que é a fundação para estudos e formação política do Partido Social Democrático, o PSD. Hoje nós vamos tratar do auxílio emergencial e da possibilidade da adoção de uma renda mínima no Brasil, temas em grande discussão neste momento. E para isso temos o prazer de receber o professor José Márcio Camargo. Ele é economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e PhD em Economia pelo MIT (*Massachusetts Institute of Technology*). Também é professor titular do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro e economista-chefe da Genial Investimentos. Professor, obrigado por atender ao convite, seja bem-vindo ao programa.

**José Márcio Camargo** - Obrigado pelo convite. É sempre um prazer enorme estar aqui com vocês. Muito obrigado.

**Sérgio Rondino** - Nós vamos ter a participação neste programa dos economistas Luiz Alberto Machado e Roberto Macedo, e do cientista político Rogério Schmitt. Obrigado a vocês.

Professor, eu gostaria de começar pela questão do auxílio financeiro emergencial aos brasileiros que a pandemia deixou sem renda de uma hora para outra. Parece até que já existe uma decisão política de adotar essa medida. Como financiá-la parece ser o problema. Na sua opinião, existe um caminho mais viável entre todos os que estão sendo aventados?

**José Márcio Camargo** - O auxílio emergencial foi superimportante no ano passado (2020), no auge da pandemia, porque quando tivemos aquelas medidas de *lockdown*, em que as pessoas não podiam sair de casa, os chamados invisíveis, naquele momento, perderam sua ocupação. E eles não têm nada de invisível, na verdade são os infor-

NUM ESTADO DE CALAMIDADE COMO ESSE QUE ESTAMOS VIVENDO, NÃO TEM NENHUMA RAZÃO PARA AS EMENDAS PARLAMENTARES NÃO SEREM DIRECIONADAS PARA FINANCIAR UM PROGRAMA EMERGENCIAL. SERÁ QUE É MAIS IMPORTANTE VOCÊ FINANCIAR UMA PONTE NA SUA COMUNIDADE QUE UM AUXÍLIO EMERGENCIAL DESSE MONTANTE PARA EVITAR QUE ESSAS PESSOAS CAIAM NA POBREZA?

mais que nós encontramos todos os dias nas ruas, pessoas que, do ponto de vista do Estado, não têm nenhuma documentação, são invisíveis nesse sentido. Mas são pessoas que perderam suas ocupações informais e não tinham nenhuma fonte de renda. Então, o auxílio emergencial cobriu esse buraco, deu renda a essas pessoas e fez com que, em alguns casos, em algumas regiões do País, a renda média distribuída, transferida por esse auxílio emergencial aos chamados invisíveis, fosse inclusive maior do que boa parte dessas pessoas ganhava quando estava em atividade. Então, isso foi superimportante.

Há um ponto curioso aqui: quando o auxílio emergencial foi aprovado, existia a expectativa de que a pandemia iria durar três ou quatro meses. A gente se lembra, todo mundo deve se lembrar, de que lá em março, abril, quando a pandemia se intensificou de verdade, a expectativa da maior parte da sociedade era a de que iria durar três ou quatro meses e depois sairíamos dessa. Não foi o que aconteceu. Mas o auxílio emergencial foi desenhado com essa ideia: "vai durar três ou quatro meses e nós vamos cobrir esse período, que é o período crítico da pandemia". Mas a pandemia se estendeu, o auxílio emergencial teve que ser diminuído e agora temos um problema fiscal grave. O auxílio foi superimportante para evitar que essas pessoas caíssem na pobreza absoluta, na extrema pobreza, só que agora temos uma dívida que já é de quase 90% do PIB e a dificuldade para financiar essa dívida.

Como a pandemia não acabou, pelo contrário, houve o aumento do número de casos e de mortes no final do ano passado e começo deste ano. Estamos em fevereiro e é verdade que nos últimos 15 ou 20 dias o número de casos começou a cair de forma mais ou menos sistemática, mas ninguém consegue prever o que vai acontecer, nem mesmo os epidemiologistas. Então, não dá não dá



br.freepik.com/vetores/negocio-Negocio vetor criado por sentavio

para projetar o fim da pandemia para daqui a dois ou três meses. Muito pelo contrário, a vacinação será fundamental nesse sentido. Mas agora a gente tem esse problema. Como fazer? E realmente a dívida é muito alta, já temos sintomas importantes de que os investidores podem começar a cobrar taxas de juros mais elevadas para financiar essa dívida - e isso seria péssimo, porque com taxas de juros mais elevadas podemos reduzir a expectativa de aceleração da atividade econômica, o que pode gerar desemprego lá na frente. E nesse caso estaríamos dando com uma mão e tirando com a outra. E essas são as pessoas que são mais afetadas pelo aumento do desemprego.

Então, é muito importante ter essa questão fiscal em mente. Isso significa que poderíamos voltar com um programa emergencial que custasse R\$ 30 ou R\$ 40 bilhões, mas teríamos que tirar esse dinheiro de outros gastos. E existe uma série de gastos que poderiam ser diminuídos. Num estado de calamidade como esse que estamos vivendo,

não tem nenhuma razão para as emendas parlamentares não serem direcionadas para financiar um programa emergencial. Será que é mais importante você financiar uma ponte na sua comunidade que um auxílio emergencial desse montante para evitar que essas pessoas caiam na pobreza? É essa discussão que temos que fazer agora e que está sendo feita - alguma parte em público, provavelmente outra parte em privado.

O auxílio emergencial vai ser superimportante, mas a gente não pode perder de vista que este é um programa conjuntural, não é um programa permanente. É emergencial. A gente precisa resolver o problema estrutural da economia brasileira, que tem a ver com o funcionamento do mercado de trabalho, com o funcionamento da economia, que é o grande número de trabalhadores informais -, por que o Brasil tem tantos trabalhadores informais, como resolver esse problema? Esse é um problema estrutural. Independentemente de diminuir a pobreza no curto prazo com transferências de renda conjunturais, é muito importante que a gente comece a trabalhar na solução do problema estrutural. Em parte, nós começamos a resolver isso com a reforma trabalhista, mas tem muita coisa ainda que precisa ser feita.

**Sérgio Rondino** - Professor Roberto Macedo, sua pergunta, por favor.

**Roberto Macedo** - José Marcio, voltando à questão fiscal, o Felipe Salto (*diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, do Senado Federal*) diz que uma das alternativas seria fazer um crédito extraordinário. Você é a favor disso?

**José Márcio Camargo** - Em princípio, não. Na minha avaliação, acho que é muito importante respeitar o teto dos gastos. Essa questão de usar um crédito extraordinário é uma forma de passar por

fora do teto sem dizer que está passando por fora. O ponto é o seguinte: um crédito extraordinário seria financiar esse programa de auxílio emergencial aumentando a dívida. O objetivo do teto é não aumentar a dívida, é fazer o programa dentro do teto, ou seja, reduzindo outros gastos. Esse é o ponto fundamental. A filosofia do teto é: toda vez que você quer introduzir um programa novo, você tem que me dizer de onde vai tirar o dinheiro, qual outro programa você vai descontinuar para reduzir gastos de forma que crie espaço para introduzir um programa novo. Isso é o ideal.

E tem espaço no orçamento, desde que o Congresso esteja disposto, por exemplo, como eu já disse, a dedicar todas as emendas constitucionais para financiar esse programa. Resolve o problema? Não, mas já é uma fonte de recursos importante.



**Roberto Macedo** - Só completando a pergunta: você acha que o Congresso está disposto a fazer esse sacrifício?

**José Márcio Camargo** - Roberto, eu participei muito da discussão sobre a criação do teto, em 2016, e tem uma coisa que acho muito importante. O Brasil tem uma tradição fiscal - que é uma tradição desde 1985, mas vinha desde antes - assim: o

governo mandava o orçamento para o Congresso, os deputados incorporavam os seus projetos com o aumento de gastos e não diziam qual seria a fonte de recursos. E entre 1985 e 1994 a fonte de recursos para financiar os projetos, financiar o déficit público, foi a aceleração inflacionária. De 1994 até 1999 a fonte de recursos foi o aumento da carga tributária. De 1999 até 2016 a fonte de recursos foi o aumento do endividamento. Acontece que a sociedade não aceita mais inflação, não aceita mais aumento da carga tributária e os investidores não aceitam mais o aumento no endividamento. Dado esse contexto, a ideia é fazer o equilíbrio fiscal via redução de gastos e não mais aumentando gastos e tentando arranjar outra fonte de financiamento. Isso é uma mudança extraordinária na lógica, na cultura orçamentária do País. Eu me lembro quando a gente estava discutindo o teto de gastos um deputado de um partido de esquerda virou para mim e falou: "Mas professor, desse jeito você vai estar criando um brutal conflito distributivo pelos gastos do Estado". Eu falei: é exatamente esse o objetivo. É exatamente dessa forma que vai ficar claro quem está de um lado e quem está do outro. Hoje, você acaba impondo para os mais pobres - que são os que sofrem com a inflação, que sofrem com o desemprego, etc - e todo mundo se diz a favor de mais igualdade. Mas na verdade, quando você faz isso - na hora em que você aumenta a inflação, na hora em que você aumenta a carga tributária e na hora em que você aumenta a dívida - está penalizando os mais pobres. Bom, na discussão ele ficou lá quieto.

Mas esse é o ponto. Era esperado que quando você chegasse no teto essa luta por recursos fosse acontecer. Isso não é uma surpresa para mim. O problema é que está acontecendo num contexto muito complicado, que é no contexto da pandemia. Além do problema da discussão da mudança da cultura orçamentária, que está acontecendo. Não era

normal, no Brasil, a discussão do orçamento. A discussão do orçamento sempre foi considerada uma questão técnica. Hoje, está na primeira página de todos os jornais. Na primeira página, a manchete de todos os jornais hoje no Brasil é a discussão do orçamento. Isso é uma mudança espetacular. Se a gente conseguir passar por esse caminho, vai chegar lá na frente com outra cultura orçamentária. Seria um ganho monumental do ponto de vista da democracia, porque o orçamento é a peça mais importante de uma democracia. A discussão do orçamento é a discussão mais importante de qualquer democracia madura - Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido... No Brasil, isso nunca foi uma discussão. No Brasil, isso não era um problema. Ninguém queria saber dessa discussão de orçamento. Agora, é a manchete da primeira página de todos os jornais. Uma parte do objetivo foi conseguido, agora é conseguir manter o orçamento dentro do teto. Vamos ver se a gente consegue fazer isso nesse ano, apesar da pandemia.



**Sérgio Rondino** - Um rápido esclarecimento: o professor Roberto Macedo se referiu a Felipe Salto, que é diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado federal, que acompanha as contas públicas no Brasil. Feito esse esclarecimento, Rogério Schmitt.

**Rogério Schmitt** - Já participou também de um debate conosco.

**Sérgio Rondino** - Exatamente. Foi um dos nossos eventos presenciais intitulados "Encontros Democráticos", com plateia e tudo. Vamos lá, Rogério.



**Rogério Schmitt** - José Marcio, você é reconhecido pelos críticos como um dos principais formuladores intelectuais e também da orientação prática dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil - o Bolsa Família é o grande exemplo que todo mundo conhece. Eu queria que você explorasse um pouco melhor a diferença, as vantagens e desvantagens de um programa de transferência de renda condicionada, como é o caso do Bolsa Família - que me parece ser algo que veio para ficar, nenhum governo quer abrir mão disso - e programas como o auxílio emergencial, que são, como você lembrou bem, conjunturais, porque eles não são sustentáveis no longo prazo. Você acha que é possível haver aí uma unificação das duas coisas, como o próprio ministro Paulo Guedes chegou a cogitar no meio do ano passado? Qual é a sua opinião sobre isso?

**José Márcio Camargo** - Acho que vale a pena contar um pouco da história desses programas de transferência de renda condicionada. No final dos anos 1980, o senador Eduardo Suplicy tinha


 O QUE É UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA E POR QUE É IMPORTANTE? POR UMA RAZÃO SIMPLES: ACUMULAR CAPITAL HUMANO É A FORMA MAIS IMPORTANTE DE AUMENTAR RENDA E DIMINUIR A DESIGUALDADE E A POBREZA. NÃO EXISTE OUTRA FORMA DE DIMINUIR A POBREZA, DIMINUIR A DESIGUALDADE, SEM QUE OS FILHOS DAS FAMÍLIAS MAIS POBRES CONSIGAM ACUMULAR CAPITAL HUMANO TANTO QUANTO OU MAIS DO QUE OS FILHOS DAS FAMÍLIAS MAIS RICAS



a proposta de criar um programa de renda mínima universal. Na época, eu tinha uma relação relativamente próxima com o PT. Eu conhecia bem o senador Eduardo Suplicy, a gente conversava com alguma frequência. Um dia ele me ligou e disse: "José Márcio, é o seguinte: aquela página da Folha que tem artigos a favor e contra (*Tendências e Debates*) vai fazer uma discussão sobre um programa de renda mínima. Você não quer escrever um artigo a favor do programa de renda mínima?" Eu falei: "Senador, eu não sou a favor de um programa universal de renda mínima. Então, eu não posso escrever um artigo a favor de um programa universal de renda mínima. Eu posso escrever um artigo contra". Ele respondeu: "Então, ótimo. Faça". E, na verdade, qual era o ponto? A gente tinha um grupo de economistas lá na PUC, coordenado por mim, que era relativamente grande para os padrões da PUC, que é um departamento muito pequeno. Era um grupo de pesquisadores, professores e alunos que estudavam essa questão de pobreza, desigualdade e mercado de trabalho. Eventualmente se acoplou a esse grupo um outro, do Ipea, que tinha o Ricardo Paes de Barros como coordenador. E passamos a trabalhar juntos.

Uma vez, olhando os dados da PNAD (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE*) eu percebi que crianças de 10, 12 anos, de famílias extremamente pobres, poderiam contribuir com até 25% da renda per capita familiar em regiões pobres. Aí eu pensei: se meu filho puder contribuir com 25% da minha renda per capita familiar, será que eu colocaria meu filho na escola em vez de colocá-lo no mercado de trabalho? Ao fazer essa pergunta a mim mesmo - eu, que valorizo muito a educação -, cheguei à conclusão de que provavelmente não colocaria. Claro que eu colocaria meu filho na escola. Mas ter feito essa pergunta me despertou para o fato de que, se uma criança consegue contribuir com 25% da renda per capita



familiar, provavelmente o pai vai ter um enorme incentivo para colocá-la no mercado de trabalho em vez de colocá-la na escola. A ideia do programa condicionado de transferência de renda veio dessa observação. Eu pensei: bom, então a única forma de criar o incentivo para que as famílias pobres coloquem seus filhos nas escolas é pagando para as crianças irem para a escola, competindo com o mercado de trabalho. Essa foi a origem dos programas condicionados de transferência de renda.

E o que é um programa de transferência de renda condicionada e por que é importante? Por uma razão simples: acumular capital humano é a forma mais importante de aumentar renda, e diminuir a desigualdade e a pobreza. Não existe outra forma de diminuir a pobreza, diminuir a desigualdade, sem que os filhos das famílias mais pobres consigam acumular capital humano tanto quanto ou mais do que os filhos das famílias mais ricas. Se

você não consegue fazer isso, não vai conseguir diminuir a pobreza e a desigualdade no longo prazo. Você pode reduzir a pobreza no curto prazo transferindo renda diretamente do Estado para os pobres. Mas isso não é sustentável no longo prazo porque a gente cai exatamente nesse problema em que está com essa questão fiscal do auxílio emergencial. A quantidade de dinheiro necessária para transferir é tão grande que você não consegue continuar com o programa.

Então, para que você tenha um processo estrutural de redução de desigualdade e pobreza é fundamental que as famílias invistam no capital humano dos seus filhos. E a ideia dos programas condicionados de transferência de renda é exatamente essa - condicionar a transferência à manutenção das crianças na escola.

Bem, então publiquei vários artigos no *Estadão*, fui exercer esse contraponto com o senador Su-

plicy - eu gosto muito do senador Eduardo Suplicy, até hoje, de vez em quando, ele me liga para conversar - na *Folha de S. Paulo* e descrevi a lógica do programa condicionado de transferência de renda. Não me lembro exatamente da data, mas se não me engano foi no dia 23 de março de 1993. Logo depois eu escrevi um outro artigo. Não sei se vocês se lembram, o Lula disse que este programa era um programa bolsa-esmola. E aí eu escrevi um artigo mostrando que a transferência de renda nesse programa Bolsa Escola, que foi introduzido em Brasília e em Campinas, era substancial, dada a renda per capita das famílias pobres.

Aí o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, me ligou e falou: "Zé, você não quer me ajudar a nacionalizar esse programa?" Eu falei: "Claro, espetacular". Fiquei supercontente. Trabalhei com o Paulo nesse programa. Nesse meio tempo, juntamente com o Chico Ferreira, que na época era professor do departamento e hoje está no Banco Mundial, decidimos universalizar o benefício. E foi daí que surgiu o Bolsa Família. Na época, nós chamamos de Benefício Universal, ou Benefício Único - não me lembro o nome direito -, mas era basicamente o embrião do Bolsa Família, era exatamente a mesma coisa, só que agora universal. A diferença entre um programa condicionado de transferência de renda e um programa não condicionado de transferência de renda são os incentivos.

Tem muita gente que critica a ideia de só transferir a renda se a família colocar a crianças na escola - afinal de contas, as famílias deveriam ser obrigadas a colocar a criança na escola. Eu me lembro de fazer uma discussão desse tipo com um grande sociólogo brasileiro - não vou mencionar o nome aqui. Ele dizia: "Isso deveria ser uma obrigação. Se o pai não colocar os filhos na escola ele deveria ser preso". Eu falei: "Olha, eu não acredito em coerção, eu acredito em incentivo. Se você prende o pai, quem é que vai trabalhar para gerar recurso para essa família?"

Não é uma solução razoável. Eu prefiro tentar gerar um incentivo correto e o incentivo correto aqui é comprar o tempo da criança que poderia estar no mercado de trabalho". Essa é a principal diferença. O programa de auxílio emergencial é um programa emergencial. O programa condicionado de transferência de renda tem efeitos de longo prazo, está efetivamente tentando aumentar o estoque de capital humano daquelas crianças de famílias pobres. Essa é uma diferença fundamental.

**Sérgio Rondino** - Vamos agora à pergunta do economista Luiz Alberto Machado.



**Luiz Alberto Machado** - Professor, o grande *best seller* no campo da economia dos últimos tempos foi "O capital no século 21", do Thomas Piketty. Recente pesquisa da Academic Influence aponta os 25 economistas mais influentes de 2011 a 2020 e entre eles vários tem se dedicado a um ramo da pesquisa chamado "economia da desigualdade". O senhor veria nisso uma tendência? E ela já chegou ao Brasil? Ou são poucos os economistas brasileiros debruçados sobre essa realidade?

**José Márcio Camargo** - O livro do professor Piketty, na verdade, é uma reação ao aumento da

desigualdade que aconteceu nas economias desenvolvidas nos últimos 20, 30 anos, decorrente fundamentalmente do processo de globalização que aconteceu nesse período. Por que a globalização gerou desigualdade dentro dos países desenvolvidos? Simplesmente porque uma parte grande da produção dos países desenvolvidos se transferiu para os países emergentes, principalmente os asiáticos. Isso aumentou a desigualdade nos países desenvolvidos, mas por outro lado diminuiu a desigualdade no mundo. Então, apesar de o livro do Piketty mostrar que houve um aumento da desigualdade nos países desenvolvidos, se pegarmos a desigualdade no mundo, nesse período, ela diminuiu. Simplesmente porque uma parte grande da estrutura produtiva que estava concentrada nos países desenvolvidos se transferiu para países emergentes e países pobres que tinham uma renda per capita muito baixa. Quando fazemos as contas, vemos que houve uma grande redução da desigualdade e da pobreza ao longo desse período em que houve, no mundo, de uma maneira geral, um aumento da desigualdade nos países desenvolvidos. Foi isso que originou esse livro, que é um *best-seller*.

O problema da desigualdade é uma novidade no mundo desenvolvido, não é uma novidade no mundo emergente, não é uma novidade no Brasil. Como acabei de falar, a gente está discutindo essa questão da desigualdade desde a década de 1980. Na verdade, essa discussão data da década de 1970, final dos anos 1960, em que houve um grande aumento da desigualdade na economia brasileira e houve uma grande discussão sobre se esse aumento da desigualdade se devia a uma política de salário mínimo muito regressiva dos governos militares, combinada com repressão a sindicatos, que não permitia que os trabalhadores conseguissem grandes aumentos de salários, ou se se devia ao fato de que houve um período de rápido cres-

cimento da economia brasileira entre 1967 e final dos anos 1970. E esse rápido crescimento significou um grande aumento da demanda por mão de obra qualificada, que não foi acompanhado de aumento da oferta. Conseqüentemente, os salários da mão de obra qualificada subiram muito mais do que os da mão de obra não qualificada, aumentando a desigualdade.

Então, há duas explicações. Eu não vou entrar na discussão de qual explicação está correta, de qual eu gosto mais empiricamente, etc, mas essa foi uma discussão da década de 1970, de 1960. Essa questão da desigualdade no Brasil, ao contrário, é uma questão que está aí sempre. Discutiu-se muito a questão da desigualdade na década de 1980, na década de 1990 e nos anos 2000. E hoje é muito claro ver, para mim pelo menos, que a questão da desigualdade está diretamente relacionada à desigualdade na acumulação de capital humano das pessoas. E a acumulação do capital humano está diretamente relacionada à quantidade de capital humano já acumulado pelas famílias. E isso é um problema.

As pesquisas mostram que crianças de famílias cujos adultos têm muito capital humano acumulado têm mais facilidade e maior capacidade de acumular capital humano do que crianças de famílias cujos adultos têm pouco capital humano acumulado. Isso significa o seguinte: ao longo do tempo há uma tendência para aumentar a desigualdade se você não interferir no processo de acumulação de capital humano das famílias que têm pouco, que são, em geral, as famílias mais pobres. E aí volta aquela questão dos programas condicionados de transferência de renda. É um primeiro passo nessa direção, mas é muito importante criar condições para que as famílias que têm pouca renda e pouco capital humano acumulado consigam fazer com que seus filhos acumulem mais capital humano. Toda a ideia da educação pública gratuita está re-



lacionada exatamente a isso. A ideia da educação pública gratuita é igualar ao máximo a capacidade de acumulação de capital humano de todas as famílias, independentemente do nível de renda dessas famílias.

Agora, você não consegue, esse é o problema. Tem uma pesquisa que sempre me impressionou muito que mostra o seguinte: famílias que têm livros dentro de casa, independentemente de lerem ou não os livros, os filhos dessas famílias têm maior capacidade de acumular capital humano do que os filhos das famílias que não têm livros dentro de casa. Independentemente de as famílias lerem ou não esses livros. Provavelmente isso deve ser verdade porque as famílias que têm livro dentro de casa devem ler alguma coisa. Ainda que eles falem: "olha, não estou lendo nada", devem ter alguma cultura de leitura. Esse é um ponto superimportante. Ou você quebra esse vínculo, ou

você consegue criar condições para que as famílias acumulem capital humano independentemente da quantidade de capital humano que os adultos daquelas famílias têm ou você vai ficar aumentando sempre a desigualdade, que é o que acontece no Brasil.

Nós temos uma educação pública de muito baixa qualidade. A educação pública no Brasil, em média - é claro que há exceções - é ruim. Quando você olha o desempenho dos alunos nos testes padronizados internacionais, os que vêm das escolas públicas brasileiras têm um desempenho muito pior do que os alunos que vêm das escolas privadas, e muito pior do que as do resto do mundo. Então, isso está simplesmente reproduzindo e aumentando a desigualdade que já existe no País. A gente precisa resolver o problema da qualidade do sistema educacional brasileiro, principalmente o sistema educacional público. Se não conseguirmos resol-



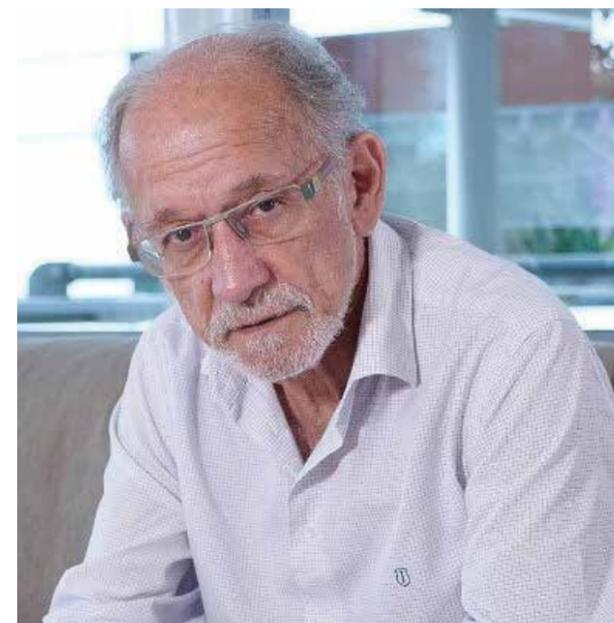
ver esse problema, vamos aumentar a desigualdade sistematicamente, como tem acontecido nos últimos 40 anos, exceto por alguns momentos em que você tem programas de transferência de renda – isso diminui um pouquinho a desigualdade. Mas a tendência, quando você tem redução da desigualdade, é muito lenta, como aconteceu de 1992 a 2011, basicamente, em que houve uma tendência de redução, mas que era basicamente conjuntural. Qualquer crise faz com que a desigualdade desapare. E agora, com a pandemia, a situação é muito, muito grave. As escolas privadas conseguiram, em grande parte, resolver o seu problema via remota, como estamos fazendo na gravação deste programa. Eu, por exemplo, lá na PUC, dei aulas por dois semestres remotamente. As universidades federais não deram aulas. No caso das universidades, porque são adultos, a questão não é tão problemática, mas no caso das crianças...

O auge da capacidade de desenvolvimento de aprendizado no ser humano se dá entre seis e sete anos de idade. A partir daí, desenvolver a capacidade de aprendizado diminui sistematicamente até atingir um patamar aos 15, 16 anos. Aquilo que você aprendeu, aprendeu. Significa que se te apresentarem uma questão difícil de resolver, algo que você nunca viu, quando você tem 10 anos de idade você resolve essa questão muito mais facilmente do que quando você tem 50 anos. Esse é o ponto. Então, você tem que explorar o fato de que a maior capacidade de aprendizado está na infância, e isso afeta diretamente a desigualdade.

**Sérgio Rondino** – Mais uma pergunta, professor Roberto Macedo?

**Roberto Macedo** – José Marcio, eu gostei mui-

to dessa retrospectiva que você fez do Bolsa Família. Eu não sabia, ou não me lembrava, do papel que você teve e eu o cumprimento por isso porque sou a favor da transferência condicionada de renda. Gostei muito, também, de você falar dos livros. Na minha casa havia livros e a curiosidade me atraiu para eles. Tinha uma espécie de estante cheia deles – minha mãe foi professora. Acabei abrindo aquilo, tinha uma coleção famosa na época chamada de *Tesouros da Juventude*. Tratava de ciência, arte e ética. Tinha figurinhas, fotos, era fenomenal. Agora, você falou até 6 anos, mas tenho lido muita coisa sobre o economista norte-americano James Heckman. Ele diz que é na primeira infância, até três anos. Tenho defendido muito a ideia de que o governo deveria estender o programa de saúde da família para educação das famílias, para saber se estão cuidando das crianças. Porque é preciso brincar com as crianças, conversar com elas, dar jogos, aquelas coisas mais simples. Tenho defendido muito essa ideia, mas até agora não pegou, não.



**José Márcio Camargo** – Na verdade, Roberto, os dados mostram que a criança começa a apren-

der, a aumentar a sua capacidade de aprendizado, na barriga da mãe. Isso vai aumentando e atinge o seu ponto mais alto até os 4 anos, 4 anos e meio. E aí começa a cair. E cai rapidamente. Não é que a pessoa fica mais burra. Simplesmente vai ficando mais difícil, ela simplesmente vai ficando menos flexível. O Heckman mostra, em vários artigos, que se você perde esses primeiros quatro anos de idade na educação da criança, é extremamente difícil para ela se recuperar. Esse é o ponto importante, é nisso que a gente tem que investir. Eu estou cada vez mais convencido disso. O Brasil é muito maluco. Você tem universidade de graça e não consegue dinheiro para financiar uma escola de qualidade na primeira infância. As crianças não têm acesso a creche pública – só 30% das crianças têm acesso e a maior parte delas a creches privadas, mas a universidade é gratuita para todo mundo que passar no vestibular. Isso é totalmente fora de propósito. Você tem que concentrar um pouco lá na creche, colocar todo mundo na creche. Sou a favor da proposta de criar um voucher, um vale para que as famílias pobres paguem creches privadas para os seus filhos.

Na última campanha eleitoral eu coordenei o programa do Henrique Meirelles e nesse programa a gente colocou exatamente isso. Você desconta os impostos nas creches e dar um voucher para que as famílias pobres possam colocar seus filhos em creches privadas, porque não tem creches públicas. Acho que isso é absolutamente prioritário. Mas no Brasil as pessoas aparentemente não estão muito preocupadas com isso, as pessoas estão preocupadas com outras coisas. Agora, desigualdade não se resolve sem diminuir a desigualdade na distribuição do capital humano na população. Sem isso, você não consegue reduzir a desigualdade de forma estrutural. Mesmo assim é difícil. A desigualdade é um problema difícil.

Voltando ao Piketty, uma coisa que ele não diz



é que, ao longo desse processo de globalização, milhões de pessoas foram tiradas da pobreza - na verdade, mais de 1 bilhão de pessoas foram retiradas da pobreza ao longo desse processo de globalização, exatamente com as transferências de estruturas produtivas dos países desenvolvidos para os países emergentes, que eram os mais pobres, principalmente os asiáticos, que tinham milhões - ainda têm milhões de pessoas na pobreza. Mas a pobreza diminuiu muito exatamente por causa dessa transferência.

**Sérgio Rondino** - Rogério Schmitt, sua outra pergunta, por favor.

**Rogério Schmitt** - José Márcio, uma pergunta mais conceitual. Você acha que esse período de pandemia que o Brasil e o mundo estão enfrentan-

do fortalece a tese daqueles que dizem que é possível conciliar responsabilidade fiscal com transferência de renda, com política social? Será que vamos sair dessa crise de saúde no momento em que este mesmo consenso que existe no Brasil em relação à responsabilidade fiscal vai passar a vigorar também no que diz respeito à importância das políticas sociais de transferências de renda, especialmente?

**José Márcio Camargo** - Olha, Rogério, eu acho que essa pandemia mostrou uma coisa superimportante: temos que ter espaço fiscal para fazer programas emergenciais quando eles se tornam necessários. Os países que estão reagindo melhor a essa pandemia são exatamente aqueles que têm mais espaço fiscal para responder à pandemia. Isso é uma lição que o mundo vai aprender. O Brasil está tendo mais dificuldade que o Chile,

por exemplo. Por quê? Porque o Chile tem muito espaço fiscal e o Brasil tem pouco espaço fiscal. Isso é uma coisa que estará conosco no futuro. Acho que é um ponto importante, acho que é uma lição que vai ter que ser aprendida.

Eu tenho dito que o Brasil vai ter que mudar a sua cultura orçamentária. O Brasil tem uma cultura orçamentária que é de aumentar gastos e depois decidir de onde vêm os recursos para financiar esse aumento de gastos. Essa pandemia está forçando o Brasil - dado que você tem o teto de gastos - a discutir de onde virá o dinheiro. Isso é uma mudança espetacular na cultura orçamentária do País. Não tem mais aquela coisa de: "Olha, eu tenho um programa aqui que é ótimo, sensacional, superlegal, todo mundo vai ganhar". De onde vem o dinheiro? Se não tivesse o teto de gastos, ninguém estava discutindo de onde viria o dinheiro para financiar um programa emergencial. Isso não seria uma discussão, simplesmente porque esse programa emergencial é muito importante, todo mundo concorda que ele é muito importante, todo mundo concorda que você precisa sustentar essas pessoas que não têm ocupação. Todo mundo concorda. Essa não é a discussão. A discussão é a seguinte: de onde vamos tirar o dinheiro?

É óbvio que o governo gasta com um monte de coisas que não são tão prioritárias quanto o programa emergencial. Por exemplo, os super-salários dos funcionários públicos, as emendas parlamentares, as promoções dos funcionários públicos. Você tem lá, como disse o Felipe Salto na nossa conversa na Genial, 50 mil pessoas que vão se aposentar esse ano no serviço público. Você precisa contratar esse mesmo número de pessoas? Você não pode contratar 10 mil pessoas e deixar 40 mil para o ano que vem? Enfim,

existem lugares de onde você pode tirar esse dinheiro. Agora, alguém perde. E esse é o problema. Na discussão do teto de gastos com um deputado de esquerda, me chamou a atenção a fala dele: "Isso vai gerar uma enorme guerra distributiva no País". Eu falei: é exatamente esse o objetivo - deixar claro quem vai perder e quem vai ganhar. Porque hoje, parece que ninguém perde, mas você sabe quem perde. Quando vem o desemprego, você sabe quem perde. E vem a inflação, vem o desemprego. Essa é a história do Brasil até esse momento.

**Sérgio Rondino** - É aí que entra o famoso e imbatível poder das corporações. Professor, eu quero agradecer demais por a sua participação neste diálogo no Espaço Democrático. Fica aqui um espaço para o seu recado final.

**José Márcio Camargo** - Bem, eu quero agradecer. É um prazer enorme estar aqui com o Rogério. Trabalhei com ele no início dos anos 2000. O Roberto, que eu conheço há muito tempo. De vez em quando a gente se encontra, mas raramente, porque ele está em São Paulo e estou no Rio. Agora vai ser mais fácil reencontrar, porque é via remota. Mas é um prazer enorme estar aqui com vocês, muito obrigado pelo convite, espero ter sido útil com essas ideias que muita gente acha que são excessivamente duras, mas faz parte da vida.

**Sérgio Rondino** - Obrigado professor José Márcio Camargo, obrigado Roberto Macedo, Rogério Schmitt e Luiz Alberto Machado pela participação. E agradeço sobretudo a você que nos assiste pela página do Espaço Democrático no Youtube. Até o próximo programa.



<p>Presidente <b>Alfredo Cotait Neto</b></p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política <b>Raimundo Colombo</b></p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais <b>Vilmar Rocha</b></p> <p>Secretária <b>Ivani Boscolo</b></p> <p>Diretor Superintendente <b>João Francisco Aprá</b></p>	<p><b>Conselho Consultivo</b></p> <p>Presidente <b>Guilherme Afif Domingos</b></p> <p>Conselheiros <b>Alda Marco Antonio</b> <b>André de Paula</b> <b>Antonio Anastasia</b> <b>Cláudio Lembo</b> <b>Georgiano Neto</b> <b>Otto Alencar</b> <b>Ricardo Patah</b></p>	<p><b>Conselho Superior de Orientação</b></p> <p>Presidente <b>Gilberto Kassab</b></p> <p>Conselheiros <b>Antonio Brito</b> <b>Belivaldo Chagas</b> <b>Carlos Massa Ratinho Junior</b> <b>Domingos Aguiar Neto</b> <b>Guilherme Campos</b> <b>Letícia Boll Vargas</b> <b>Omar Aziz</b> <b>Robinson Faria</b> <b>Samuel Hanan</b></p>
---	---	--



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)